

Estadão, G1, Exame, Jota (Site)

8 de agosto de 2016

ESTADÃO POLÍTICA » Manifesto a Lewandowski revela 'tentativas de intimidação' da magistratura



BLOG

Fausto Macedo

Repórter

EM ALTA

Operação Lava Jato • Entrevistas • Artigos

Manifesto a Lewandowski revela 'tentativas de intimidação' da magistratura

Cerca de quinhentos juízes e promotores e procuradores entregaram documento ao presidente do Supremo Tribunal Federal em que apontam objetivo de setores políticos de enfraquecer categorias que combatem a corrupção

Julia Affonso, Mateus Coutinho e Fausto Macedo
08 Agosto 2016 | 18h00



REVISTA EXAME

EXAME.COM

BRASIL

08/08/2016 21:00

Manifesto a Lewandowski revela tentativa de intimidar juízes



Recomende



g+



in

3 949 views



59



Salvar notícia

Carlos Humberto/SCOSTF



Ricardo Lewandowski: ao receber o manifesto, o ministro parabenizou os líderes da magistratura e do Ministério Público pela iniciativa.

Julia Affonso, do Estadão Conteúdo

Mateus Coutinho e Fausto Macedo, do Estadão Conteúdo

São Paulo - Cerca de 500 magistrados, promotores de justiça e procuradores da República - membros do Ministério Público -, além de defensores públicos e integrantes de outras instituições entregaram na tarde desta segunda-feira, 8, ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, um documento no qual manifestam a preocupação com o que classificam de "tentativas de intimidação das categorias que atuam para combater a corrupção".

Subscrito pelos presidentes das entidades integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), o manifesto também aponta para a rápida tramitação de projetos que "objetivam enfraquecer a atuação de juízes". O Projeto de Lei do Senado (PLS) 280/2016, que altera a Lei de Abuso de Autoridade provoca forte tensão na magistratura.

MENU G1 POLÍTICA

08/08/2016 15h17 - Atualizado em 08/08/2016 16h23

Juizes e procuradores fazem ato contra projeto do abuso de autoridade

Proposta prevê casos de punição a magistrados e membros do MP. Para entidades, texto inviabilizaria investigações como a Lava Jato.

Nathalia Passarinho
Do G1, em Brasília



FACEBOOK



Ato de juizes e procuradores, na Câmara dos Deputados, contra projeto do abuso de autoridade (Foto: Nathalia Passarinho / G1)

Entidades jurídicas entregam manifesto ao STF contra PLS que altera lei de abuso de autoridade

Publicado 8 de Agosto, 2016



Crédito Gil Ferreira/SCO/STF



Por Livia Scocuglia

Brasília
livia.scocuglia@jota.info

Entidades do Ministério Público e da Magistratura começam a chegar, nesta segunda-feira (8/8), no Supremo Tribunal Federal (STF), para entregar um manifesto ao presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, contra o Projeto de Lei do Senado (PLS 280/2016) que altera a lei de abuso de autoridade. O PLS é de autoria do presidente do Senado, senador Renan Calheiros.

As categorias também pedem celeridade aos processos que envolvem agentes públicos na operação Lava Jato. O juiz Sergio Moro está em Brasília, mas ainda não está confirmada a sua ida ao STF.

Presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou de ato público em Brasília contra projeto de abuso de autoridade.

Estado de Minas, Estadão, Jornal Nacional (Site, TV)
8 de agosto de 2016

em.com.br

Política

Manifesto a Lewandowski revela 'tentativas de intimidação' da magistratura

T+ T-

postado em 08/08/2016 21:07

Agência Estado

São Paulo, 08 - Cerca de 500 magistrados, promotores de Justiça e procuradores da República - membros do Ministério Público -, além de defensores públicos e integrantes de outras instituições entregaram na tarde desta segunda-feira ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, um documento no qual manifestam uma preocupação com o que classificam de "tentativas de intimidação das categorias que atuam para combater a corrupção".

Delegados e magistrados protestam contra projeto que define crimes de abuso e autoridade

JORNAL NACIONAL

Brasil

8/8/2016 às 21h53

Manifesto a Lewandowski revela 'tentativas de intimidação' da magistratura

Associações questionam projeto do Senado que pode alterar a Lei de Abuso de Autoridade

ESTADÃO conteúdo



Cerca de 500 magistrados, promotores de Justiça e procuradores da República - membros do Ministério Público -, além de defensores públicos e integrantes de outras instituições entregaram na tarde desta segunda-feira, 8, ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, um documento no qual manifestam uma preocupação com o que classificam de "tentativas de intimidação das categorias que atuam para combater a corrupção".

Subscrito pelos presidentes das entidades integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), o manifesto também aponta para a rápida tramitação de projetos que "objetivam

Estado de Minas (Site),
3 de agosto de 2016

em.com.br

Política

Associação de magistrados defende juiz que mandou mensagem a presos

Em nota, entidade ressalta que ele agiu de maneira 'correta, legal e diligente' e classificou de 'insinuações maldosas' rumores que áudio teria sido enviado a celulares de detentos

T+ T-

postado em 03/08/2016 13:56

Isabella Souto /

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) divulgou nesta quarta-feira uma nota em defesa do juiz da Vara de Execuções Penais de Uberlândia, Lourenço Migliorini. No texto, o presidente da entidade, desembargador Maurício Soares, diz que manifesta "solidariedade" ao magistrado e que ele agiu de maneira "correta, legal e diligente".

Saiba mais

Juiz manda mensagem a presos pedindo 'confiança' e gera suspeita de uso de celulares na cadeia

Ele se referia a uma gravação de áudio feita por Migliorini na semana passada e destinado aos detentos dos presídios Jacy de Assis e Pimenta da Veiga. O juiz prometia a eles conversar sobre suas reivindicações assim que voltasse de viagem de férias.

"Ao tomar a iniciativa de gravar mensagem enviada aos presos pela direção do presídio, já que estava em férias e fora do município, ainda assim, ele alcançou o objetivo de impedir desdobramentos de consequências imprevisíveis", diz trecho da nota. A gravação foi uma tentativa de demover os presos da ameaça de uma rebelião.

A gravação foi destinada à direção de um dos presídios para ser mostrado aos detentos em reunião reservada. No entanto, o áudio se espalhou pelas redes sociais e grupos de WhatsApp e levantou suspeitas sobre o uso de celulares pelos presos.

Para a Amagis, tratam-se de "insinuações maldosas". "O juiz Lourenço Migliorini não se omitiu, mesmo estando em férias, reafirmando que é um magistrado honrado, sério, competente e dedicado à execução penal, que engrandece o Judiciário e a magistratura", diz a nota.

O presidente da Associação dos Magistrados ressaltou ainda que na trajetória profissional de Lourenço Migliorini não há "quaisquer atos que desabonem sua conduta ou que sejam motivo de reparo pelo Tribunal de Justiça de Minas, Corregedoria de Justiça ou Conselho Nacional de Justiça".

Rede Hoje (Site),
10 de agosto de 2016

REDE HOJE

INICIAL PATROCÍNIO HOJE

JUSTIÇA. Regime de prisão semiaberto é extinto na Penitenciária de Patrocínio

© Criado em Quarta, 10 Agosto 2016 16:24

A decisão é baseada em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça(STJ) com relação a presos do regime semiaberto

Foto: Reprodução/TV Via Justiça



Para a juíza os presídios brasileiros são verdadeiros "masmorras medievais".

Da redação da Rede Hoje | Por André Luiz Costa e Luiz Antonio Costa

O regime semiaberto será desativado na Penitenciária Regional Expedido Faria Tavares de Patrocínio. A decisão é da juíza da Vara de Execução Penal de Patrocínio, Ana Régia Santos Chagas, com base em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça(STJ) com relação a presos do regime semiaberto e que o Código Penal brasileiro prevê que o preso em semiaberto deve ser recolhido em unidade prisional adequada (uma casa de albergado, colônia agrícola ou industrial), e tem que trabalhar durante o dia e ficar preso à noite.

Segundo a juíza Ana Régia, "a penitenciária de Patrocínio hoje abriga presos de várias regiões de todo o estado de Minas Gerais, a unidade que tem capacidade para 680 presos, atualmente abriga mais de 110 presos". O reflexo direto é que presos que não podem ser abrigados em outras unidades prisionais, por exemplo como em Ribeirão das Neves, Contagem e outros presídios, de acordo com a juíza "serão efetivamente encarcerados para Patrocínio", diz.



A juíza Ana Régia é integrante da Comissão de Amagis para estudos da Lei de Execução Penal

Em março deste ano a doutora Ana Régia participou do programa Via Justiça, da TV Assembleia, que abordou as propostas da Associação dos Magistrados de Minas (Amagis) a nova Lei de Execução Penal. No programa a juíza - que é integrante da Comissão da Amagis para estudos da Lei de Execução Penal - e o coordenador da Defensoria Pública em Ribeirão das Neves, Hebert Soares Leite, falaram dos problemas prisionais do país. A juíza chegou a dizer que os presídios brasileiros são verdadeiras "masmorras medievais".

A decisão de Patrocínio. De acordo com a doutora Ana Régia, há entendimentos jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça(STJ) com relação a presos do regime semiaberto e que o Código Penal brasileiro prevê que o preso em semiaberto deve ser recolhido em unidade prisional adequada - uma casa de albergado ou colônia agrícola ou industrial - e ele tem que trabalhar durante o dia e ficar preso à noite.

No Brasil praticamente não existem mais, nem colônias nem albergues (que tem que ter estruturas adequadas). A Justiça em Patrocínio vinha tentando adaptar a situação com propostas de emprego para que os presos trabalhassem em algum lugar durante o dia e ficassem presos à noite. A maioria dos presos do semiaberto não conseguia emprego e ficava preso o tempo todo - o que não é legalmente permitido.

O Supremo Tribunal Federal(STF) publicou em junho último a súmula vinculante 56 que obriga o juiz a cumprir e que diz que "a falta de vagas em estabelecimento prisional não autoriza a manutenção do preso em regime mais gravoso", ou seja, se não tem local para o semiaberto o sentenciado não pode ficar exclusivamente no regime fechado.